

PEQUENOS MUNICÍPIOS E RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS: DESAFIOS PARA A COMPREENSÃO E O DESENVOLVIMENTO

Edemar Rotta

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Ivann Carlos Lago

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Neusa Rossini

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Cléber Magalhães Tobias

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Resumo

O artigo analisa as relações sociopolíticas características dos municípios da área de abrangência da UFFS – Campus Cerro Largo. Parte-se da condição regional, marcada pela predominância de pequenos municípios, com população de até 30.000 habitantes e com estrutura econômica assentada na pequena propriedade familiar, nos quais as relações sociopolíticas são profundamente marcadas pelos laços de parentesco, amizade, trabalho, religiosidade, tradições, entre outras. Essas relações convivem/conflitam/coexistem, de forma muito peculiar, com os princípios republicanos, fortemente calcados na racionalidade moderna, que ainda encontra significativa dificuldade para se consolidar como referência ao pensamento e ao comportamento político. A compreensão dos fenômenos sociopolíticos existentes nestes municípios desafia as teorias consagradas na sociologia e na ciência política, em especial aquelas voltadas à compreensão do comportamento político, exigindo novas reflexões e elaborações teóricas capazes de contribuir com a interpretação dessas realidades e com a construção de referenciais de mobilização e organização da sociedade na busca de alternativas de desenvolvimento.

Palavras-chave: pequenos municípios, relações sociopolíticas, ciências sociais, desenvolvimento.

Introdução

*Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015*

Este texto trata dos desafios impostos às ciências sociais na tarefa de compreender o rural como espaço geográfico e simbólico, com especial atenção ao contexto sociopolítico, cultural e geográfico no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Essa região é composta, predominantemente, por pequenos municípios de características eminentemente rurais, com dinâmicas econômicas e políticas bastante peculiares, em grande parte decorrente do processo histórico de sua formação.

A realidade vivenciada por estes pequenos municípios tem sido objeto de reflexões constantes por instituições, organizações e movimentos no debates sobre desenvolvimento regional. Entende-se que existe um pressuposto básico que precisa ser incorporado neste debate, qual seja a necessidade de compreender a realidade vivida por estes municípios. Para que isso ocorra faz-se necessário que as ciências sociais os entendam em sua complexidade, superando paradigmas tradicionais.

Para as reflexões apresentadas aqui se utilizam os resultados de investigações e reflexões feitas nos últimos anos, em especial a partir de projetos de pesquisa desenvolvidos com apoio da Universidade de atuação dos autores, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), através de editais de fomento á pesquisa. Estas reflexões buscam dialogar com referências teóricas da ciência política e da sociologia na proposição de instrumentais que contribuam para a compreensão da região, para a análise de suas características básicas e possíveis desafios para seu desenvolvimento.

Parte-se de um “diagnóstico” da região, especialmente no que se refere às principais características econômicas, políticas, históricas, religiosas e culturais desses municípios, enfatizando o aspecto complexo da composição do mundo social dessas localidades e dos grupos humanos que vivem nelas. Na sequência busca-se situar o arcabouço teórico construído pelas ciências sociais para dar conta da compreensão desta realidade, com acento especial para a sociologia e a ciência política. Concluí-se a reflexão apontando para as contribuições que podem ser dadas pelas abordagens interdisciplinares, especialmente como recurso teórico-metodológico, para compreender as peculiaridades dessas realidades sociais vivenciadas pelos pequenos municípios do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

1 A dinâmica sociopolítica em pequenos municípios do interior

As reflexões feitas aqui têm como escopo de análise um conjunto de aproximadamente 91 municípios da região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul,

pertencentes a cinco Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES): Alto Jacuí, Celeiro, Fronteira Noroeste, Missões e Noroeste Colonial. Esses municípios estão na região de abrangência do *Campus* Cerro Largo da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – e têm sido foco de pesquisas realizadas nos últimos anos pelos autores do presente texto.

São municípios de pequeno porte (mais de 90% deles com população inferior a 30.000 habitantes) e que gravitam em torno de centros microrregionais – cidades um pouco maiores, com população entre 70.000 e 100.000 habitantes, que concentram, em alguns casos de forma exclusiva, serviços, setores do comércio e instituições públicas, especialmente estaduais e federais. A formação socioeconômica e político-cultural destes municípios é profundamente marcada por três processos de ocupação do território: a experiência das missões jesuítico-guaranis, a experiência das estâncias¹ e a colonização por descendentes de europeus não ibéricos. São processos que se entrecruzam e geram características peculiares em termos de formação étnica, social, econômica, política e cultural.

Em termos de formação étnico-cultural constata-se expressiva diversidade que acompanha a origem de cada comunidade, município ou microrregião. Em alguns espaços predominam descendentes de indígenas (especialmente guaranis e Kaiganges); em outros, os estancieiros e peões de estância; em outros ainda, os “colonos” de descendência alemã, italiana, polonesa, russa e eslava. Esta diversidade é capaz de gerar processos de convivência e aceitação das diferenças em arranjos sociopolíticos bastante harmônicos em alguns casos, mas também produz conflitos que revigoram preconceitos e acirram as contradições que, não raramente, apresentam também componentes religiosos e se institucionalizam, por exemplo, na arena político-partidária.

As características étnico-culturais influenciam decisivamente na conformação do tecido social. Mesmo que a partir de princípios diferenciados, a família patriarcal e monogâmica, as pequenas comunidades e as instituições tradicionais (igreja, escola, Estado, clubes e associações) serviram de base para a construção do imaginário individual e coletivo, das relações interpessoais, da concepção e consolidação das instituições políticas e do constructo social em sentido mais amplo. É claro que este cenário foi confrontado pelos diferentes processos de transformação que a sociedade brasileira e internacional passou ao longo dos séculos. Porém, pode-se afirmar que cada sociedade os recebe e vivencia de forma diferenciada. Essa “recepção” se dá, no dizer de Ianni (1995), algumas vezes de modo “congruente e consequente”, outras de modo “tenso e

¹ A experiência das estâncias se constituiu, na região da Campanha Gaúcha, a partir da grande propriedade, da criação de gado, do trabalho escravo e do domínio econômico e político dos proprietários das terras. Detalhes deste modelo podem ser encontrados em Zarth (1997).

desencontrado”. O mesmo “movimento geral de mudança” é, com frequência, ressignificado e redefinido de formas distintas por diferentes grupos sociais em diferentes locais, produzindo grande diversidade de modelos de organização e vida social que, por vezes, dificilmente mantêm clara sua origem. As características socioculturais de cada grupo social não definem apenas a forma como este grupo vive, mas também as maneiras pelas quais recebe, incorpora, (re)significa e “absorve” novas referências de conhecimento, comportamento e opinião oriundos de contextos humanos que lhes são externos (LAGO & MALMANN, 2012). A cultura, enfim, age como uma espécie de “filtro”, que dá novos sentidos às informações recebidas, produzindo em cada grupo social consequências distintas a partir de referências gerais comuns².

Em termos econômicos, pode-se referir que se trata de uma região marcada pela estrutura agrária assentada na pequena propriedade familiar. A maioria absoluta dos estabelecimentos possui área de até 25 hectares. Porém isso não exclui a presença de alguns espaços com predominância das médias propriedades rurais, assentadas na agropecuária “moderna” e tecnificada. A convivência entre estes dois modelos de estrutura de ocupação da terra, organização do trabalho e integração ao mercado, gera tensões nem sempre resolvidas, que acabam se manifestando nas disputas políticas e na definição da organização, do funcionamento e das ações do Estado e da sociedade civil organizada. Os interesses diversos dão origem a organizações de categoria/classe que passam a disputar espaço no interior das instituições (dentre elas os partidos políticos) a fim de preservá-los ou até mesmo ampliá-los. Assim, a fundação de partidos políticos, por exemplo, bem como a filiação a eles, é determinada não apenas pelos clássicos motivos tão estudados pela Ciência Política, como identificação ideológica e clivagens socioeconômicas e educacionais, mas por representações individuais e coletivas de pertencimento a um ou outro grupo étnico, religioso, de origem e colonização, de região de residência ou de atividade produtiva. As identidades sociais que possibilitam – e definem – os agrupamentos sociopolíticos são fortemente influenciadas pelas características históricas e socioculturais que marcam a região e sua população.

O predomínio da agropecuária diversificada acompanha os estabelecimentos de pequena propriedade na qual se desenvolve a agricultura familiar, com grande tendência de concentrar suas atividades na pecuária leiteira, na suinocultura e nas agroindústrias familiares. Nas médias e grandes propriedades tende a predominar a agricultura tecnificada, com hegemonia do cultivo da soja, do trigo e do milho. Percebe-se também enorme concentração de pessoas acima de 50 anos que trabalham e vivem no meio rural,

² Este debate será retomado adiante.

evidenciando problemas de sucessão familiar e esvaziamento da população jovem e de média idade. A importância das atividades agropecuárias na composição do PIB desta região (em torno de 35%) gera característica peculiar na qual a maior parte das sedes dos municipais funciona apenas como “centro administrativo do meio rural” (OLIVEN, 1988).

Pequenos, com estrutura administrativa e de pessoal escassa e, via de regra, sem condições orçamentárias que permitam investimento, esses municípios se limitam a manter determinados serviços obrigatórios de atendimento à população, invariavelmente precários e para os quais dependem de transferências de recursos por parte dos governos estadual e federal. Como consequência, além da precarização progressiva dos serviços prestados e das próprias condições estruturais para sua manutenção, esses municípios enfrentam convivem com uma ausência generalizada de planejamento de médio e longo prazo, diretamente associado à impossibilidade de investimentos significativos em obras, especialmente de infraestrutura, e em programas e projetos robustos de melhoria das condições de vida da população. Basicamente, sem condições de criar e implantar políticas e programas de desenvolvimento por conta própria, esses municípios – por meio de suas sucessivas gestões – limitam-se a atuar como uma espécie de “despachantes” locais, pleiteando recursos e desenvolvendo ações vinculadas e programas que são, na sua maioria, do governo federal.

Em termos de atividades com características eminentemente urbanas, destaca-se o comércio e a prestação de serviços, que representam em torno de 50% do PIB da região. As atividades industriais são pouco expressivas, predominando as ligadas à transformação de produtos provenientes da agropecuária (carnes, leite e óleos comestíveis) e ao setor metal mecânico que, conjuntamente, representam cerca de 15% do PIB da região, estando concentrados em poucos municípios, com destaque para Santa Rosa, Panambi, Horizontina, Ijuí, Santo Ângelo, Cruz Alta, Três Passos, Três de Maio, Ibirubá, Santo Cristo, Tapera e São Luiz Gonzaga (ROTTA e REIS, 2008).

Em diagnósticos elaborados pelos respectivos Conselhos Regionais de Desenvolvimento transparecem algumas problemáticas comuns que merecem destaque, tais como a crescente concentração da população nas cidades e o consequente esvaziamento do meio rural, a perda de população para outras regiões do estado e do país, a estagnação econômica, a precariedade dos serviços públicos e privados prestados à população, os graves problemas ambientais, a escassa experiência democrático-republicana na gestão dos assuntos públicos e a baixa capacidade de trabalho e ações interinstitucionais e de caráter coletivo para a formulação de propostas de desenvolvimento. São problemas que desafiam não apenas o processo de desenvolvimento da região, mas

também a reflexão e a produção de conhecimento científico sobre tema, como veremos adiante.

Tendo essas comunidades uma estrutura econômica assentada na pequena propriedade de organização familiar, marcada por aspectos tradicionais, em geral apresentam relações sociopolíticas profundamente marcadas por laços de parentesco, amizade, relações de trabalho, religiosidade, tradições, etc. Nesse sentido, a própria incapacidade das administrações municipais para implantar políticas municipais robustas, descrita acima, acaba por dificultar o desenvolvimento de uma cultura republicana de participação e envolvimento nos assuntos públicos, visto que pouco sobra a ser definido em termos de investimentos e programas locais. Ou seja, a baixa margem de inovação e investimento das gestões municipais acaba por criar um ambiente político no qual o debate sobre grandes prioridades e modelos de desenvolvimento fica esvaziado de sentido, pois a condição de “despachante” desses municípios os tornam menos gestores de seus próprios territórios do que expectadores das ações dos governos estadual e federal, junto às quais almejam conseguir algum recurso ou serviço que possa ser alocado no próprio município.

Salvo raras exceções, em geral ligadas ao setor de serviços, pequena indústria e comércio local, a maior parte das atividades produtivas – e também das pessoas que as executam – está vinculada ao mundo rural, especialmente aquele marcado pelo contexto cultural da agricultura familiar. A ruralidade, nesse sentido, não é apenas o *locus* das atividades econômicas que impulsionam o desenvolvimento da região; ela constitui também o modelo simbólico de organização da vida, da percepção sobre o mundo e de delimitação das estratégias por meio das quais as pessoas se posicionam, em termos de opinião e de atitude, diante dele. O rural, nesse sentido, não define apenas o *lugar* onde se vive; ele delimita também a *forma* de viver. E isso também possui impacto sobre a ausência de uma cultura republicana mais consolidada. Não se trata, é claro, de afirmar o que o mundo rural em si é antitético em relação aos ideais republicanos. O que afirmamos é que a vida no mundo rural – em termos físicos e simbólicos – se dá de forma menos vinculada organicamente aos espaços públicos, de convívio coletivo e de vivências sociais comuns, condições fundamentais para o desenvolvimento de uma percepção coletiva do interesse público que, mesmo não sendo exclusiva do mundo urbano, é por ele favorecida.

Com poucos habitantes e baixa densidade populacional, significativamente caracterizados por crenças e hábitos de ordem tradicional, esses municípios apresentam elementos culturais fortemente marcados pela pessoalidade, pelas relações subjetivadas, pelo forte controle social dos comportamentos e das opiniões. Enfim, características que configuram um ambiente sociopolítico onde os ideais modernos da racionalidade, da

objetividade, da impessoalidade, convivem de forma constante e complexa com o subjetivismo das relações pessoais, com a sobreposição de elementos de parentesco e amizade no mundo das relações profissionais e políticas, com certo moralismo de origem cristã na delimitação das opiniões sobre o espaço público, sobre as ações político-governamentais e, em especial, sobre as pessoas que as executam.

De certo modo é possível dizer que, desde o ponto de vista da organização, das instituições e da “vida política”, essas características culturais desafiam os ideais republicanos de existência e funcionamento do Estado. Mas isso não se dá, é importante esclarecer, no nível de uma espécie de intencionalidade antirrepublicana ou algo que o valha. A questão é que os ideais republicanos – de objetividade, de racionalidade, da isonomia, de impessoalidade no trato da coisa pública – são, de certa forma, incompatibilizados com crenças e práticas tradicionais de sentido oposto, e que marcam vários aspectos da identidade coletiva e do fazer cotidiano dessa região. Esses municípios – e suas populações – não são pouco republicanos por que, conscientemente, negam os princípios republicanos, mas por que concebem e organizam sua vida e seu mundo social a partir de elementos culturais cuja origem e essência são antagônicos em relação aos ideais do republicanismo.

Do ponto de vista político-eleitoral, por exemplo, a identificação com um determinado candidato – e a decorrente escolha por ele no dia da eleição – pouco se dá por via da análise objetiva de propostas, de trajetória política ou de experiência de gestão, como apregoariam os defensores dos modelos de análise baseados nos pressupostos da Teoria da Escolha Racional (DOWNS, 1999; FIGUEIREDO, 1991). Por outro lado, essa identificação também não se dá através da construção de uma imagem subjetivada com base em elementos de ordem moral, como honestidade, sinceridade, “bondade”, de acordo com os pressupostos das teorias oriundas, por exemplo, da antropologia política ou das correntes psicossociológicas (HEREDIA, 1996; 2002; CARREIRÃO, 2002). Antes, esses dois conjuntos de fatores são como que filtrados por uma imagem ainda anterior do candidato, a qual é definida em função da proximidade social e moral que ele possua ou não com o cidadão/eleitor em questão.

Racionalidade, simbolismo e relações pessoais, neste caso, não são referenciais de comportamento que se excluem ou que se coloquem em condição de oposição entre si. Eles constituem, na prática, três níveis de análise utilizados pelos cidadãos, onde o primeiro nível é ocupado, em geral, pelas relações pessoais, e serve de referência para a configuração dos outros dois. Ou seja, não se trata de negar a importância da honestidade ou da

competência administrativa (racionalidade), por exemplo, mas de tomar as relações pessoais como filtro para definir quem é honesto e competente.

É por isso que, ao elaborarem discursos sobre governos locais, essas pessoas constroem análises focadas no desempenho e no caráter do governante. Mas essa análise é condicionada, na maioria dos casos, por um filtro anterior que é, por sua vez, definido em função do pertencimento ou não da figura do governante aos círculos sociofamiliares do cidadão que analisa. Enfim, é fundamental que o governante seja honesto e competente, mas a honestidade e a competência é algo que se atribui a ele em função de pertencer ou não ao mesmo grupo familiar e/ou social do sujeito que o avalia, e não como decorrência de suas ações pregressas avaliadas objetivamente.

E essa referência de análise e julgamento transcende o mundo político. Ela é base para a definição de amizades, por exemplo. Grupos vinculados a diferentes partidos políticos não são apenas adversários no campo da política; são também inimigos sociais e familiares, frequentam ambientes diferentes (como comunidades, clubes, bares, restaurantes, escolas) e compram em locais diferentes do comércio. Essas relações definem contratações de empregados, relações amorosas, casamentos, negócios, hierarquia social. Trata-se, portanto, de uma referência de organização do mundo e de atribuição de significado ao comportamento de si mesmo e dos outros nesse mundo. Questões como família e religião servem de base para a definição dos espaços sociopolíticos ocupados pelos membros daquela sociedade, e todas as outras dimensões são analisadas e avaliadas a partir desse parâmetro de fundo. Aprovações e desaprovações, seja no campo das relações sociais ou das escolhas políticas, não são resultados de análises de fatos e indicadores objetivos, mas do pertencimento ou não ao grupo sociofamiliar e/ou religioso de quem avalia. E o não pertencimento a nenhum grupo não constitui alternativa, ao menos não para aqueles que pleiteiam espaços políticos institucionalizados.

É, pois, nesse sentido que as “tradicionalistas” teorias e abordagens que tratam do mundo sociopolítico e de suas análises, em geral construídas com base no mundo simbólico e nas representações de espaços urbanos, precisam ser relativizadas se o que se pretende é analisar a fundo o universo político dessas comunidades rurais. É o que passamos a fazer na próxima seção.

2 As ciências sociais e as dificuldades para interpretar a complexidade do “interior”

No universo das ciências sociais existe uma longa tradição de estudos que buscam compreender a relação entre o rural e o urbano, o campo e a cidade³. Não se trata aqui de fazer uma retrospectiva ou revisão crítica dos mesmos, mas sim de apontar, na perspectiva traçada por Wanderley (2001) a necessidade de ampliar o debate sobre a relação rural e urbano nos pequenos municípios brasileiros a fim de compreender suas particularidades históricas, sociais, culturais, políticas, econômicas e ecológicas.

Estudos nesta direção já podem ser encontrados na literatura recente das ciências sociais, destacando-se aqui os realizados por Cintra (2007) sobre os pequenos municípios paranaenses; Lindner, Alves e Ferreira (2009) sobre municípios gaúchos; Silva e Ferreira (2012) sobre municípios paulistas. As análises realizadas apontam a dificuldade de compreender o meio rural e o urbano a partir dos dados apresentados pelos indicadores oficiais existentes; a insuficiência das teorias tradicionais de interpretação da relação entre o rural e o urbano para a compreensão da realidade dos pequenos municípios; a diversidade de realidades encontradas nos pequenos municípios pesquisados; a existência de particularidades nas relações sociais resultantes da interpenetração entre a população do campo e da cidade. Estas constatações evidenciam a necessidade e a pertinência de estudos desta natureza para o desenvolvimento das ciências sociais.

A opção pelo estudo das realidades específicas dos pequenos municípios brasileiros exige, também, uma postura metodológica capaz de incorporar a diversidade como problema de análise e como referencial para o estudo dos mundos coletivos, pois as ciências sociais acabaram por restringir seu escopo de “análise complexa” ao mundo geográfica e simbolicamente definido como urbano. De algum modo a contradição entre moderno e arcaico, entre tradicional e contemporâneo, que marcou a análise do rural em outros tempos, acabou por se transformar em uma contradição entre vida complexa e vida simples, entre capitalismo e não capitalismo, nas análises contemporâneas. Contudo, o que estudos mais recentes (entre eles os realizados nos municípios do Noroeste do Rio Grande do Sul) têm demonstrado, é que o mundo rural possui dinâmicas, significados, arranjos culturais, padrões comportamentos e modelos de organização da vida que são também extremamente complexos, e que carecem, portanto, de referenciais analíticos capazes de compreender esse mundo em toda a sua complexidade.

Desde o ponto de vista sociopolítico, por exemplo, o mundo rural não é o mundo onde as tradições imperam, onde o tradicionalismo, o personalismo, o clientelismo e tantos outros “ismos”, tão dura e acertadamente criticados pelos ideais republicanos e pelas teorias

³ Revisões nesta direção podem ser encontradas em Oliven (1984), Graziano da Silva (1999), Veiga (2001 e 2006), Wanderley (2001), Cintra (2007), entre outros.

democráticas, imperam como referenciais exclusivos de comportamento e organização da vida política. Eles existem, sim, e provavelmente até sejam mais intensamente presentes que nos meios sociopolíticos urbanos. Mas isso não significa que a política no meio rural e nas cidades do interior seja, por causa disso, simplesmente mais tradicional, mais clientelista, mais patrimonialista, mais personalista, e assim por diante. Significa, isso sim, que o mundo político nessas cidades incorpora também esses elementos dentro de um arcabouço simbólico que ainda apresenta referenciais republicanos, de racionalidade, de gerencialismo e, por isso mesmo, se complexifica ainda mais.

A existência desses valores tradicionais e dessa forma “sociofamiliar” de compreender o mundo e de fazer política não nega frontalmente os valores republicanos e de organização moderna da democracia. O que ocorre é que eles convivem com esses valores, ressignificando-os, reinterpretando-os em uma amálgama de crenças, valores e comportamentos que, por isso, possuem um conjunto de imperativos comportamentais e de pensamento que tornam ainda mais difícil a interpretação desses grupos humanos e de seus contextos. Esses valores não excluem os ideais modernos/republicanos/democráticos de política e de organização do Estado, mas lhes dão novo significado, combinando-os com outros referenciais de crença e comportamento que atuam como uma espécie de “filtro” por meio do qual o restante do mundo social é interpretado e significado (LAGO & MALMANN, 2012). Nesse sentido, o patrimonialismo, por exemplo, não é um referencial de comportamento político que nega, num sentido de oposição ontológica, a eficiência e a impessoalidade na gestão pública, mas que os ressignifica e lhes dá outra condição de existência. As relações pessoais não negam a eficiência governamental; antes, lhe servem de parâmetro.

A cultura política de valorização das relações pessoais nesses contextos culturais não nega a importância da eficiência administrativa para avaliação de governo, mas estabelece os critérios por meio dos quais alguém – governante ou não – deve ser julgado como eficiente e competente. A honestidade não é negligenciada como critério de análise política; o que ocorre é que ela é delimitada como decorrência de uma avaliação prévia, feita em função do *status* e do grupo sociofamiliar ao qual pertence o sujeito avaliado e de sua posição dentro dele. Assim, um determinado prefeito não é competente por que seu governo apresenta bons indicadores; seu governo apresenta bons indicadores por que ele é, previamente, considerado competente; e ele é previamente considerado competente por que pertence a determinado grupo social, por que é oriundo de determinada família, por que frequenta determinada igreja, enfim, por que possui relações sociais que o credenciam como tal desde o ponto de vista do sujeito – cidadão, eleitor – que o avalia.

Nesse contexto, os clássicos referenciais das ciências sociais, seja no campo da sociologia rural, da sociologia política ou das teorias do comportamento político e do comportamento eleitoral, parecem não dar conta da complexidade na qual se dá a dinâmica sociopolítica de funcionamento e organização dessas comunidades características de municípios do interior. É preciso tomar a “ruralidade”, nesse sentido, não como condição que torna os fenômenos sociopolíticos mais simples e, como consequência, mais facilmente interpretáveis. A “ruralidade” precisa ser tomada como variável que, por absorver os ideais urbanos por meio de um filtro cognitivo de ordem sociocultural torna ainda mais complexa sua dinâmica e, conseqüentemente, faz necessária uma postura teórico-metodológica ainda mais aberta à complexidade como condição para compreendê-la.

A “simplicidade da vida rural” não pode ser tomada, teoricamente e metodologicamente, como indicador de uma pretensa simplicidade do processo pelo qual se pretende compreender o mundo rural. Essa simplicidade precisa ser tomada não como a condição da ruralidade, mas como o resultado de um processo amplo e complexo que torna compreensível e atribui significado ao mundo das pessoas que tem o rural como *locus* físico e simbólico de existência cotidiana. O rural, portanto, não é simples. O movimento de simplificação do cotidiano, feito pelos sujeitos que vivem nessa condição de ruralidade, dá mais sentido ao mundo social, mas, justamente por isso, torna mais complexa a tarefa de compreendê-lo academicamente.

Do ponto de vista de um eleitor desse meio, por exemplo, a “lógica” pela qual ele avalia um governante como bom ou ruim, competente ou incompetente, é bastante simples, o que se reflete, entre outras coisas, nas justificativas verbalizadas por ele para dar sentido e coerência à sua avaliação. A complexidade não está no resultado da avaliação. Ela está no movimento que lhe torna possível; está no conjunto de valores, crenças, representações simbólicas que estão na base de todo o processo, que vai desde a percepção do sujeito avaliado até o movimento cognitivo que julga suas escolhas, seu comportamento, suas ações. E, por isso mesmo, essa complexidade não é em geral, algo sobre o qual o sujeito que avalia tenha consciência objetiva. Antes, ela deve ser tomada como elemento de análise do pesquisador que assume a tarefa de compreender não apenas as manifestações objetivas que essas pessoas fazem sobre seu mundo e seu universo sociopolítico, mas todo o processo que lhe é subjacente. E isso demanda, como condição *sine qua non*, que as teorias e métodos utilizados por esse pesquisador sejam capazes de perceber e compreender o complexo como elemento estruturante da ruralidade como espaço social de vivência.

3 A necessidade de novos referenciais e o potencial da interdisciplinaridade

A “descoberta” da complexidade pelas ciências sociais permitiu, além do enriquecimento teórico dessa área do conhecimento, uma profunda mudança de ordem epistemológica na produção de estudos sobre as sociedades humanas. Essa mudança diz respeito à aceitação e incorporação, nos referenciais teórico-metodológicos das ciências sociais, da perspectiva interdisciplinar. Ao reconhecimento da complexidade como característica do mundo social, seguiu-se a incorporação da noção de complexidade no âmbito dos modelos de análise desse mesmo mundo. A complexidade ocupa espaço não apenas como aspecto reconhecido da própria sociedade, mas como postura epistemológica dos pesquisadores que a estudam. E a interdisciplinaridade surge, nesse sentido, como recurso teórico-metodológico capaz de potencializar resultados nas análises sobre a sociedade contemporânea. Um mundo complexo precisa, pois, de uma investigação complexa para compreendê-lo.

Nesse sentido, no que tange a complexidade de fatores socioculturais a configurar o mundo social dos municípios interioranos que constituem objeto de análise deste texto, o primeiro passo a ser dado é justamente o reconhecimento de que se trata de uma realidade cuja compreensão demanda o abandono da noção de simplicidade como modelo de organização da vida. Essas comunidades, embora pequenas e apresentando frágeis laços de articulação com os grandes centros urbanos, não são, por isso, menos complexas que aqueles. O que ocorre, e isso é de fundamental importância é que a complexidade dos mundos sociopolíticos do interior se dá por fatores distintos, ou por combinações distintas de fatores também presentes no mundo sociopolítico dos grandes centros.

A postura teórico-metodológica, portanto, precisa ser a mesma, ou seja, deve incorporar as prerrogativas e as estratégias de investigação interdisciplinares. Mas é fundamental que se tenha presente o fato de que essas comunidades precisarão de pressupostos de análise e referenciais teóricos diferentes para que possam ser compreendidas em toda a sua complexidade e peculiaridade. Não basta, portanto, reconhecer que essas cidades do interior sejam sociopoliticamente complexas. É necessário, ainda, reconhecer que elas são complexas de modo diferente, por motivos distintos daqueles que tornam complexas as sociedades organizadas em torno de grandes centros urbanos.

Em termos de análise do comportamento político, por exemplo, é preciso que se adotem modelos teóricos de investigação capazes de captar de forma mais precisa e mais abrangente o impacto das relações pessoais e de amizade, das influências familiares e do pertencimento aos grupos sociofamiliares, das clivagens religiosas e étnico-raciais, do *status*

social e da hierarquia política dele decorrente, das relações econômicas e de pertencimento a associações ou categorias profissionais. O mundo sociopolítico do interior não é um mundo desprovido de racionalidade ou de valores republicanos, como já alertamos anteriormente. Mas é um mundo no qual a racionalidade e os valores republicanos são combinados, interpretados, significados e valorados de maneira muito forte e decisiva por questões socioculturais que, em face da influência do mundo rural, são mais presentes e mais fortes do que na maior parte dos grandes centros urbanos.

Trata-se de um contexto cultural de forte presença de valores tradicionais, em especial no âmbito da organização das ideias, das instituições, das práticas e atitudes políticas. Esses valores tradicionais incluem uma supervalorização das relações pessoais, da confiança personalizada, do parentesco, da identidade religiosa, das relações familiares. Todos esses elementos atuam como uma espécie de filtro cultural que não nega a importância dos valores modernos da democracia ou da gestão pública, mas lhe dá significados substancialmente diferentes, contextualizando-os. E compreender os comportamentos políticos, de gestores, de partidos e de cidadãos nesses municípios só será possível se as ciências sociais também forem capazes de perceber essas idiossincrasias e de compreendê-las a partir dos contextos e referenciais que as sustentam.

O personalismo e o patrimonialismo dessas cidades interioranas não negam frontal e abertamente os princípios democráticos e a eficiência na gestão pública. Tampouco são uma manifestação contemporânea do personalismo e do patrimonialismo dos séculos passados, tão comuns na história política brasileira. Mas isso não significa que não sejam eles fatores de grande importância na configuração das instituições e das práticas políticas nesses municípios. Contudo, essas práticas não são simplesmente um resquício contemporâneo de práticas sociopolíticas comuns no Brasil do século XIX, o que significa que as interpretações sobre elas feitas em outros tempos não podem apenas ser “aplicadas” aos casos supostamente sobreviventes em tempos atuais. O que ocorre é que ideias e práticas personalistas e patrimonialistas sobrevivem nesses contextos sociopolíticos combinando-se com outros fatores e características, dando-lhes configurações próprias que desafiam os cientistas sociais.

Aliás, elementos de personalismo e de patrimonialismo – e, de resto, outros tantos “ismos” – sobrevivem também em grandes centros urbanos. A questão que estamos levantando aqui é que esses “modos de conceber e de fazer política” não desapareceram, mas sobrevivem nos diversos mundos sociais contemporâneos combinando-se com elementos culturais locais e produzindo, assim, resultados diversos em grupos sociais distintos. Tratam-se de práticas sociopolíticas que não existem *per se*, mas que se

combinam a elementos culturais de cada ambiente social para produzir padrões de comportamento e práticas políticas que, embora compartilhem uma origem e uma “natureza” comum, se materializam de formas variáveis. E compreender essa diversidade de padrões comportamentais, de ideias e de atitudes, demanda não apenas a compreensão dos diferentes elementos que se combinam nessa configuração, mas também as diversas formas pelas quais o fazem.

A interdisciplinaridade, além de fornecer um grande conjunto de reflexões teóricas que podem contribuir, diretamente, para o debate acerca da relação entre cultura e política, pode dar uma grandiosa contribuição no sentido de apontar para posturas metodológicas mais abertas e plurais, condição fundamental para a compreensão da multiplicidade de fatores envolvidos na configuração dos comportamentos, ideias e atitudes sociopolíticas dos grupos humanos característicos das comunidades interioranas de que tratamos aqui. O debate interdisciplinar, da Ciência Política à Psicologia Social, da Sociologia à Economia, da História à Antropologia, da Geografia aos estudos sobre a religião, tem muito a contribuir nesse necessário movimento de análise da complexidade de fenômenos que são, a um só tempo, estruturados e estruturantes (para lembrar Bourdieu).

Não basta compreender a relação entre as crenças religiosas e o comportamento político. É preciso analisar ainda a diversidade de fatores que fazem da religião uma variável tão importante na definição de crenças, valores e comportamentos dessas comunidades. É preciso compreender em que medida, e sob quais condições, a religião atua como fator de segmentação social, como interfere na hierarquização sociopolítica, como determina relações comerciais e de amizade. É preciso identificar e compreender as origens históricas de conflitos familiares, suas relações com a religião e origem étnica, suas influências na criação e consolidação de partidos políticos, clubes sociais, empresas, vínculos interfamiliares. E isso vale para todas as variáveis envolvidas cuja listagem, aqui, tornaria o texto desnecessariamente longo. Nesse sentido, as diversas abordagens teórico-metodológicas, a contribuição das diversas disciplinas e áreas do conhecimento, não devem se dar apenas em termos de contribuição multidisciplinar. Elas devem constituir o centro mesmo de uma abordagem que seja capaz de considerar toda essa amálgama de fatores socioculturais presentes na configuração de um tecido social que, como acreditamos ter demonstrado, embora interiorano e rural, é diverso e profundamente complexo.

Conclusão

O Noroeste do estado do Rio Grande do Sul compreende um conjunto de mais de 90 municípios, dos quais mais de oitenta por cento deles com população inferior a 30 mil

habitantes, situados na faixa de fronteira com a Argentina e nos quais predomina a estrutura socioeconômica fundada na pequena propriedade familiar, na agropecuária, na agroindústria, no comércio de pequeno porte e na prestação de serviços de natureza pública e complementar. Em termos de formação étnico-cultural constata-se expressiva diversidade, porém a família patriarcal e monogâmica, as pequenas comunidades, as instituições tradicionais (igreja, escola, Estado, clubes e associações), os laços de parentesco, amizade, relações de trabalho, religiosidade, tradições e costumes são a base para a construção do imaginário individual e coletivo, das relações interpessoais, da concepção e consolidação das instituições políticas e do constructo social em sentido mais amplo.

As sociedades que se formam neste território recebem, incorporam, (re)significam e absorvem os princípios da racionalidade moderna e as constantes transformações por que passam a sociedade brasileira e internacional a partir de verdadeiros “filtros” socioculturais, produzindo relações, comportamentos, instituições, movimentos e organizações de cunho complexo que desafiam os referenciais hegemônicos das ciências sociais em sua compreensão e análise.

Os clássicos referenciais das ciências sociais, seja no campo da sociologia rural, da sociologia política ou das teorias do comportamento político e do comportamento eleitoral, tendem a compreender estas sociedades que se formam nos pequenos municípios como “rurais”, “tradicionais”, “simples”, “pré-modernas”, entre outros tantos adjetivos, nas quais predominam relações e comportamentos não condizentes com os ideais modernos/republicanos/democráticos de organização da sociedade e do Estado. Os novos estudos realizados a partir da segunda metade do século XX passaram a adotar uma postura teórico-metodológica interdisciplinar que reconhece a complexidade dos fenômenos sociais e passa a investigá-los nesta nova perspectiva.

Ao reconhecimento da complexidade como característica do mundo social, seguiu-se a incorporação da noção de complexidade no âmbito dos modelos de análise desse mesmo mundo. A complexidade ocupa espaço não apenas como aspecto reconhecido da própria sociedade, mas como postura epistemológica dos pesquisadores que a estudam. E a interdisciplinaridade surge, nesse sentido, como recurso teórico-metodológico capaz de potencializar resultados nas análises sobre a sociedade contemporânea. Um mundo complexo precisa, pois, de uma investigação complexa para compreendê-lo.

No caso em análise neste artigo, ao contrário do que frequentemente se supõe, a vida social e política nesses pequenos municípios e nessas regiões “rurais” e “de interior” não é simples, mas dotada de grande complexidade de variáveis e de maneiras de combiná-las. Isso torna sua compreensão e análise, por decorrência, também uma tarefa complexa,

para o que as ciências sociais precisam adotar, epistemológica e metodologicamente, uma postura também capaz de reconhecer e de compreender essa complexidade e tratá-la a partir de novas ferramentas interdisciplinares.

Referências

CARREIRÃO, Yan de S. **A Decisão do Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras**. Florianópolis: Editora da UFSC; Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. **Espaços rurais no Paraná: um estudo das relações campo-cidade nos pequenos municípios**. Dissertação de Mestrado. PPGS/UFPR, Curitiba, 2007.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do Voto: Democracia e Racionalidade**. São Paulo: Editora Sumaré, ANPOCS, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

HEREDIA, Beatriz. M. A. de. Entre duas Eleições: Relação Político Eleitor. In: HEREDIA, Beatriz M. A. de; TEIXEIRA, Carla e BARREIRA, Irllys. **Como se Fazem Eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

HEREDIA, Beatriz M. A. de. Política, Família, Comunidade. In: PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M. (Org.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

LAGO, I. C. & MALMANN, M. S. Os agricultores e a “modernidade”: uma análise da relação entre cultura e tecnologia no meio rural de Cerro Largo/RS. **Revista Extensão Rural**. DEAER – CCR – UFSM. V. 19, No 1, Jan-Jun de 2012.

LINDNER, Michele; ALVES, Flamarion Dutra; FERREIRA, Enéas Rente. Presença da ruralidade em municípios gaúchos: o exemplo de Silveira Martins, RS. **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Paulo, 2009, p. 1-15.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

ROTTA, Edemar; REIS, Carlos Nelson dos. Desenvolvimento diferenciado e políticas sociais: uma análise do Noroeste do Rio Grande do Sul na década de 1990. **Anais** [recurso eletrônico] **do IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2008.

SILVA, Almir de Paula; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. A relação campo-cidade em pequenos municípios: Cristais Paulista (SP) como estudo de caso. **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento territorial no Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. **Bahia Análise & Dados**, v.10, nº 4, p. 193-206, mar. 2001.

VEIGA, José Eli da. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, v. 20, p.333-356, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In GIARRACA, Norma. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em 07 set. 2013.

ZARTH, Paulo. **História agrária do planalto gaúcho 1850 - 1920**. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.